



ATA da 226ª Sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada no Dia 21 do mês de agosto do ano de 1953.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Recife, em a sala de reuniões desta Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, pelas dezesseis horas teve lugar uma sessão extraordinária do Conselho da mesma Ordem, com a presença dos seguintes Conselheiros: José Cavalcanti Mendes, Carlos Martins Moreira, Jordão Emerenciano, Augusto Duque, Bento Campelo, Abauto José de Melo, Antônio Filadelfo Viana de Melo, Fernando Mendonça, Antônio Geraldo Figueiredo, João Vinteiro Pais, Luiz de França, José Bezerra e Pelágio Silveira. Aberta a sessão pelo sr. Presidente, conselheiro José Cavalcanti Mendes ocupando as primeiras e segunda secretarias os conselheiros Jordão Emerenciano e Pelágio Silveira, foi lida a ata da sessão anterior e aprovada sem alterações. Não houve expediente. Na Ordem do Dia foram aprovados os pareceres da Comissão de Sindicância, favoráveis às inscrições, no quadro de advogados, em caráter definitivo, do bacharel José Carneiro de Melo e, no quadro de solicitadores, dos acadêmicos do Direito Antônio Coelho de Medeiros, Beduar Monteiro Cavalcanti e José Luiz Ramos Vandelei, este último com impedimento contra a fazenda estadual. Foram convertidos em diligência, para os fins indicados nos pareceres respectivos, os processos de inscrição de Manuel Pereira do Nascimento, Washington



de Carvalho Castro e Emir Pereira da Marmemto. Em continuação foi apreciada a proposta da Comissão de Assistência Judiciária, no sentido da criação, pelo Estado, quatro cargos de advogado de ofício encarregados do serviço de Assistência Judiciária, no Civil. Em síntese propunha a Comissão a transferência dos encargos de Assistência Judiciária no civil, para o Estado de Pernambuco, com base na lei federal 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, art 5º, § 1º. A votação foi adiada para a próxima reunião do Conselho, depois de a matéria ser amplamente discutida. Do mesmo modo, e pelo fato de não se encontrarem presentes os conselheiros Pedro Lima, Mário de Souza e Elmano Batista, autores do parecer, foi adiada a discussão desse mesmo parecer, referente à indicação do conselheiro Benedito Campelo, relativa ao pagamento das custas de preparo de recursos para a superior instância, na instância de origem. O Conselho aprovou, em seguida o parecer da Comissão composto pelos conselheiros Augusto Rique, Fernando Mendonça e Pinheiro Lima, referente à situação dos advogados que funcionam na Justiça do Trabalho, ficando deliberada a remessa de cópias do mesmo parecer ao exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e aos exmos. Presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento, solicitando sejam tomadas as providências sugeridas. Ainda o senhor Presidente discorreu sobre a necessidade de o Regimento Interno desta seção ser ajustado ao novo



Regimento do Conselho Federal e as outras dis-  
 posições da lei federal sobre o exercício da ad-  
 vocacia, sendo designada uma comissão para  
 examinar o assunto, composta dos seguintes  
 conselheiros: Antônio Geraldo Guedes, José Ban-  
 teiro Acioli e Luiz Rafael Mayer. Nada mais  
 havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Do  
 que, para constar, eu, Pelágio Silveira,  
 segundo secretário, lavrei a presente ata,  
 que vai por mim assinada e pelo senhor  
 Presidente.

Aprovada em verticais. Pelágio Silveira  
 José Cavalcanti de Sá.